

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”



Emancipação Socialista



(11) 95675-2133

Nº 28

15/10 a 14/12 de 2023

R\$ 2,00

APOIAMOS A RESISTÊNCIA PALESTINA CONTRA A OCUPAÇÃO ISRAELENSE



2 PT E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES

3 ENTREVISTAMOS O PROFº CHAN SOBRE O MOVIMENTO PELA FRENTE SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIA

4 PARA ONDE VAI A CSP-CONLUTAS?

5 QUILOMBOLAS ENTRE A RESISTÊNCIA E O IDENTITARISMO

6 A CRISE SOCIAL NA ARGENTINA

7 A LIBERDADE SEXUAL NA REVOLUÇÃO RUSSA

LULA 3 E A CONCILIAÇÃO PERMANENTE COM OS 300 PICARETAS

Os adoradores do rock nacional devem se lembrar da famosa canção 'Luís Inácio' (300 picaretas). Composta por Herbert Vianna e interpretada pelos Paralamas do Sucesso na obra Vamo Batê Lata, em 1995, chocou pelo impacto político e seu formato direto denunciando as tramoias, a composição e a picaretagem do Congresso brasileiro.

A letra combinava escândalos da época com uma frase dita por Lula em 1993 durante um discurso político em uma passagem por Ariquemes (RO): "Há no congresso uma minoria que se preocupa e trabalha pelo país, mas há uma maioria de uns trezentos picaretas que defendem apenas seus próprios interesses".

O escândalo ficou conhecido como "Anões do Orçamento", a primeira grave crise neste campo envolvendo desvios de orçamento e benesses para um grupo de deputados após a nova Constituição de 1988. Nomes envolvidos como dois deputados (João Alves de Almeida e Genebaldo Correia) e o senador da Paraíba, Humberto Lucena, são citados na letra.

*Se eu fosse dizer nomes, a canção era pequena
João Alves, Genebaldo, Humberto Lucena
De exemplo em exemplo aprendemos a lição
Ladrão que ajuda ladrão ainda recebe concessão*

*De rádio FM e de televisão
Rádio FM e televisão*

Além do escândalo da vez, o conteúdo da arte também se referia a parlamentares que detinham concessões de "rádio FM e televisão", algo proibido pela Constituição de 1988. Assim que o CD Vamo Batê Lata foi lançado, a canção despertou a ira não apenas dos envolvidos, mas de parte da dita "classe política". Bonifácio de Andrada (PTB-MG), procurador da Câmara na época, conseguiu proibir a execução de "Luís Inácio" em um show dos Paralamas em Brasília.

Enfim, mesmo numa democracia

burguesa consolidada iniciou-se uma longa discussão na qual os parlamentares queriam proibir a execução pública de uma canção que os criticava. Era a volta da censura já enterrada. Vale ressaltar que não se tratava de acusar "inocentes", pois o processo já estava adiantado, já ocorrera renúncia de deputados e sólidas provas dos esquemas de corrupção eram públicas. Os censores foram vitoriosos e "Luís Inácio" teve sua execução vetada nas rádios e em lojas de discos, algo significativo nos anos 1990, quando ainda se tinha reduzidos recursos virtuais.

Dez anos após a famosa frase, Lula se elege presidente e assume seu primeiro mandato. Desde o início, sua prática foi de conciliação com os 300 picaretas, muito além do necessário e do rito institucional. Chegou a compor o seu governo, como Ministro, o tenebroso Geddel Vieira também acusado no caso dos 'anões' e com uma vasta 'ficha suja' bem conhecida. Lula chegou a dizer em um evento festivo com o MDB em 2003 que trocaria Geddel pelo companheiro Babá, histórico militante da corrente CST. Nas articulações políticas, nestas duas décadas, Lula se esqueceu, na prática, da letra tão polêmica de 1995:

*Luís Inácio falou, Luís Inácio avisonou
São trezentos picaretas com anel de doutor
Eles ficaram ofendidos com a afirmação
Que reflete na verdade o sentimento da nação
É lobby, é conchavo, é propina e jeton
Variações do mesmo tema sem sair do tom*

O que mais impressiona é a atualidade da letra, pois o Congresso tornou-se, especialmente na última década, cada vez mais reacionário e afinado com a perspectiva da crise capitalista internacional de retirar o que puder dos trabalhadores e também ampliar a área de exploração direta como no caso da disputa do Marco Temporal. Os coronéis têm força no Congresso: "Parabéns, coronéis, vocês venceram outra vez / O congresso continua a serviço de vocês". Aliados



às bancadas reacionárias da Bíblia e da Bala sem esquecer os defensores do capital, certamente a 'tribo' majoritária entre os deputados e senadores.

A CONCILIAÇÃO (E A TRAIÇÃO) DE CLASSES ESTÁ NO DNA DOS GOVERNOS PETISTAS

Na sua política, desde 2003, o PT e seus aliados apostam numa relação conciliatória e uma adaptação ao status quo que impressiona. Mesmo institucionalmente seria possível desenvolver crítica, afastamento e enfrentar a podridão e o reacionarismo do congresso.

A escolha tática, com olho na estratégia, é outra e não tem a ver com a conjuntura de momento e os riscos 'fascistas'. **A conciliação é uma aposta política, é uma visão de governo que transforma pouco e corre atrás de migalhas cada vez mais improváveis.** Quem se junta politicamente aos 300 picaretas se torna parecido, pouco diferente ao olhar da grande massa, sem falar dos riscos imensos de mergulhar no sistema apodrecido da República. Os vários escândalos nestes 20 anos que incluíram petistas apenas confirmam isso.

A letra de Herbert, quase 30 anos atrás, mostra o caminho da crítica, que não pode ser esquecida em função do governismo e das relações institucionais. Também categoricamente nos mostra que não podemos confiar no Congresso, centro da democracia burguesa. A juventude e os trabalhadores do campo e da cidade, os oprimidos e precarizados por este sistema implacável só devem contar com suas próprias forças, bem longe dos 300 picaretas.

"VENHA CONSTRUIR COM A GENTE O MOVIMENTO PELA FRENTE SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIA"

Na luta pelo fortalecimento da esquerda anticapitalista para enfrentar os governos burgueses e a extrema-direita, estamos engajados no Movimento pela construção de uma Frente Socialista Revolucionária. Participam desse movimento as correntes Socialismo-o-barbárie (Sob), Grupo Operário Internacionalista (GOI) e Coletivo Socialista Revolucionário (CSR) e militantes independentes.

Nessa edição entrevistamos o companheiro Chan Kin Con, militante do CSR, (Coletivo Socialista e Revolucionário) sobre a militância na Educação Pública no Paraná e do Movimento por uma Frente Socialista Revolucionária.

Blog do CSR: <https://professorchan.wordpress.com/>

CONSCIÊNCIA DE CLASSE: Para início de conversa, pode desenvolver uma breve trajetória da sua militância e das origens do Coletivo Socialista Revolucionário (CSR)?

CHAN/CSR: Olá camaradas da Emancipação Socialista. É com muita satisfação que respondemos aos camaradas que constroem junto conosco o Movimento pela Frente Socialista Revolucionária. Temos uma militância no final dos anos 80 e início de 90 quando conheci o nosso camarada Sypriano, que já era professor e trabalhavam na educação estadual básica do Paraná. Eu militava nesta época no movimento estudantil secundarista de Curitiba. Militei, com separações e retornos, no PSTU de 1993 a 2017. Aderi ao PSOL em 2019. E Sypriano acredito que militou desde a fundação do PSOL. Fomos nos reencontrar em uma militância comum até o Congresso Nacional do PSOL que decidi pela Federação com o partido burguês REDE e o apoio à candidatura de Lula e Alckmin no primeiro e segundo turno das eleições de 2022. Decidimos sair do PSOL porque as suas direções políticas abriram mão da independência de classe fazendo a aliança com a REDE e apoiando a chapa de conciliação de

classes de Lula e Alckmin que viriam a ser o atual governo.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE: Como se dá atualmente a militância marxista revolucionária no Paraná, um estado marcado pelo avanço, mesmo que conjuntural, das posições bolsonaristas?

CHAN/CSR: Somos um pequeno grupo fundacional de militantes socialistas revolucionários que reivindicam o marxismo revolucionário e simpatizantes que temos unidade de ação sindical na educação básica do Paraná. Enfrentamos aqui no Paraná, a política de conciliação de classes da esquerda liberal, que inclusive, protege Ratinho Jr. (PSD), pois em troca, ele dá apoio à governabilidade de Lula e Alckmin. Então, enfrentamos no Paraná setores organizados da extrema direita bolsonarista, ratista e morista (Bolsonaro, Ratinho Jr. e Sérgio Moro) e a esquerda da conciliação de classes, inclusive, com setores da extrema direita para a governabilidade e a defesa da democracia burguesa. A direção da APP sindicato, sindicato da educação do Paraná, desenvolve uma política de conciliação e proteção do governador Ratinho Jr. que leva a perda de direitos históricos na educação pública. Procuramos o máximo possível, combinar a nossa militância marxista revolucionária com as lutas dos setores mais explorados e precarizados na educação pública do Paraná.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE: Quais as expectativas do CSR ante o projeto da Frente Socialista Revolucionária? Quais as possibilidades reais de sucesso e engajamento nas lutas do nosso movimento?

CHAN/CSR: Para nós, um pequeno núcleo fundacional, de militantes

socialistas revolucionários e simpatizantes combativos na luta da educação, fazer parte da construção do Movimento pela Frente Socialista Revolucionária é uma tarefa estratégica que poderá fazer com que possamos fortalecer as nossas lutas e reivindicações mais básicas e elementares contra o capitalismo e a democracia burguesa. Sabemos que é necessária uma direção socialista revolucionária de massas no Brasil e internacionalmente e, para isso, precisamos convencer diversos grupos e organizações socialistas e revolucionárias que o caminho para o diálogo e convencimento para a revolução socialista passa pelo acesso a milhares e milhões de pessoas da classe trabalhadora e juventude, e isso não acontecerá de forma linear a partir de uma ou outra organização, mas a partir da somatória de esforços comuns em torno de um programa socialista mínimo que possa nos garantir uma unidade de ação socialista. Não há no Brasil, uma organização ou partido socialista e revolucionário que possa dizer que é o único partido revolucionário do Brasil. E quem se autodenomina desta forma provavelmente está distante de sê-lo na realidade da luta de classes. Temos que continuar a batalha contra o sectarismo e contra o oportunismo da esquerda liberal e organizações reformistas de esquerda. Precisamos manter nosso horizonte dentro destas tarefas estratégicas.

Acreditamos que o Movimento pela Frente Socialista Revolucionária é uma saída urgente e histórica para a classe trabalhadora neste momento, principalmente porque a ampla maioria das organizações, partidos de esquerda e centrais sindicais apoiam o governo de conciliação de classes de Lula e Alckmin, que não tem capacidade e condições alguma de combater a ativa presença do neofascismo nos governos e nas ruas... Fazemos então o chamado a todos e todas: Venha construir com a gente o Movimento pela Frente Socialista Revolucionária!!!



PARA ONDE CAMINHA A CSP-CONLUTAS?

O congresso da CSP Conlutas reuniu operários metalúrgicos e da construção civil, trabalhadores do serviço público, bancários, estudantes, ativistas dos movimentos contra a opressão, representantes de povos originários e quilombolas.

Foram cerca de 1300 ativistas, dos quais 950 delegados (as) eleitos(as) na base e um pouco mais de 300 observadores(as). Comparado aos anteriores, foi um congresso reduzido.

Emancipação Socialista participou do congresso com a tese do Movimento pela Frente Revolucionária Socialista que é composto por nós, Socialismo ou Barbárie, Juventude Já Basta! e Coletivo Socialista Revolucionário.

RESOLUÇÕES POLÍTICAS

Entre as principais lutas para o próximo período estão o combate ao arcabouço fiscal e à reforma tributária; revogação das reformas Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio; contra a Reforma Administrativa, o Marco Temporal e as privatizações; as lutas por terra e por moradia e contra as opressões, dentre outras.

A presença de indígenas, quilombolas e trabalhadores do campo foi importante, principalmente nesse momento em que o agronegócio faz uma ofensiva contra o meio ambiente e as terras indígenas e serviu para denunciar os ataques e perseguições a esses grupos, reafirmando a luta contra o marco temporal.

Outra resolução importante foi que a central se colocará no campo de oposição pela esquerda ao governo Lula e Alckmin e também no enfrentamento à extrema-direita.

Um momento marcante do congresso foi a denúncia das chacinas policiais em São Paulo, no Rio e na Bahia. Exigindo nestes casos justiça e o fim do genocídio da juventude negra, destacando que na Bahia o governo é petista e fecha os olhos para a matança da PM baiana.

É A BASE, NÃO PARTICIPA DO CONGRESSO?

Um problema foi o excesso de mesas de debates e o pouco espaço

para a participação da base. Além das setoriais, os GT's se reuniram só uma vez e mesmo assim com tempo reduzido.

Já tínhamos destacado essa questão na votação do regimento interno, mas a direção majoritária rejeitou, mantendo as mesas de debates com maior presença do PSTU. Esse método, inaugurado pela CUT, tem sido muito frequente nas instâncias da CSP Conlutas, numa relação alienada que Paulo Freire chamava de “educação bancária”, um palestrante falando e os demais ouvindo

A ELEIÇÃO DA SEN (SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL) EM CONGRESSO

A eleição da Secretaria Executiva Nacional (dirige a central cotidianamente) acontecia na primeira reunião da Coordenação Nacional depois do congresso.

Uma das justificativas era que essa forma era mais democrática e garantia a revogabilidade dos mandatos. No entanto, foi aprovada a proposta de eleger a SEN e o Conselho Fiscal nos congressos e com proporcionalidade direta e qualificada, garantindo a representações das chapas na proporção de seus votos.

Para nós, em princípio não é um problema a eleição ser dessa forma, questionamos o método, sem debate nas assembleias e a eleição ser no mesmo congresso que aprovou a mudança estatutária. Isso é mudar as regras quando o jogo já começou!

UMA CENTRAL ENFRAQUECIDA

O surgimento da CSP-Conlutas foi um marco na luta pela reorganização do movimento sindical combativo para enfrentar os ataques aos direitos dos trabalhadores e para construir um sindicalismo independente dos governos petistas que cooptaram parte importante do movimento sindical.

Os primeiros anos mostraram uma central vigorosa, com milhares de ativistas nos congressos e forte intervenção nas lutas. No entanto, nos últimos anos há um importante esvaziamento da central a partir da desfiliação de sindicatos como



o ANDES e o SINASEFE e são percebidas poucas oposições sindicais ou, quando elas existem, não tem um funcionamento regular.

Soma-se a isso o fato de a central não ter conseguido construir a unidade dos grupos conlutas em processos eleitorais importantes, como foi na APEOESP e no ANDES, reforçando o isolamento político. Nesse caso a responsabilidade não é da direção majoritária, mas é a incapacidade da central em aglutinar até mesmo as correntes internas.

Esses e outros problemas levaram a um congresso esvaziado, sem adesões de novas entidades maiores e expondo a pouca representatividade da central. Mas, isso não aconteceu por acaso.

A CSP-CONLUTAS É PARA OS TRABALHADORES OU DO PSTU?

Uma das questões importantes do movimento sindical é a relação das correntes majoritárias com a entidade. A questão não é ter uma corrente que dirige, mas se essa corrente age como se fosse a “dona” da entidade e instrumentalizando a entidade para a sua construção.

Essa é uma questão que contribuiu com o esvaziamento da CSP Conlutas. A direção majoritária pratica um método antidemocrático e hegemônico e com pouco espaço para as forças políticas de oposição, o que evidentemente dificulta o crescimento da Central.

A forma como o PSTU conduz a central está no limite de transformá-la em uma colateral do partido, situação que a CSP Conlutas deixaria de ser dos trabalhadores e seria a “central de um partido”. Isso afasta os lutadores e ativistas que buscam se organizar para lutar contra os patrões e a burocracia sindical.

Para a central retomar o crescimento precisamos de uma política correta e também de um método sadio.

QUILOMBOLAS: ENTRE A RESISTÊNCIA E O IDENTITARISMO

Conforme o último censo demográfico, 1,3 milhão de pessoas se declaram quilombolas no Brasil. Apenas 12% vivem nos 494 territórios com título concedido pelo INCRA no caso de terras federais ou pelo Instituto de Terra dos estados onde os quilombos estão situados. Há quilombos ou terras de preto por todo o país, menos no Acre e em Roraima.

Apesar de estarem situados, em sua maioria, nas zonas rurais, também existem nas áreas urbanas, especialmente em Porto Alegre (pioneiro na demarcação) e em Belo Horizonte. A capital gaúcha abriga 11 terras quilombolas e na capital mineira são 5 (em Matias, ainda em processo de reconhecimento). Rio de Janeiro também possui quilombos urbanos como o Sacopã (no luxuoso bairro Lagoa), Pedra do Sal e Camorim.

Os quilombos não eram isolados e consistiam em núcleos populacionais que tinham seus cultivos e comercializavam nas localidades próximas. Assim, superaram os séculos, em alguns casos, sem que os remanescentes compreendessem sua verdadeira origem, vivendo (mal) integrados na sociedade brasileira em “favelas” ou comunidades rurais precarizadas.

Com muita dificuldade, somente no primeiro governo Lula, em 2003, a demarcação de terras quilombolas, que consta na Constituição de 1988 no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, começou a ser executada.

SOMENTE A REPRESENTATIVIDADE IMPORTA?

Na luta pela preservação da memória da luta contra a escravidão, muitos quilombos ainda lutam pelo reconhecimento de suas terras e enfrentam o agronegócio, grileiros e sem respaldo do poder público que atua muito pontualmente.

Outros entraram no roteiro turístico preservando parte de sua história, mas terminaram se incorporando a uma lógica que trata a representatividade de forma

despolitizada e vinculada ao mercado.

O Quilombo dos Palmares, em União dos Palmares, em Alagoas, é o maior símbolo de resistência à escravidão que o existiu no Brasil. Foi destruído em 1694 na Serra da Barriga e foi tombado pelo IPHAN em 1985, se tornando um museu a céu aberto. Respira representatividade na trilha que passa pela árvore mais antiga da região, provavelmente uma das mais antigas testemunhas da vida no quilombo, que chega à lagoa sagrada dos negros.

O Quilombo do Campinho da Independência, localizado na rodovia entre Parati e Ubatuba (divisa do Rio de Janeiro com São Paulo) também está no “roteiro de turismo étnico de base comunitária”.

O QUE ALMEJAVAM OS QUILOMBOLAS?

Quilombos foram espaços de resistência e recusa ao escravismo, que servia de base para o desenvolvimento do capitalismo europeu. Consistia na tática de combate de negros e negras ao sistema. Guerrilhas e insurreições compuseram suas lutas. A Capoeira, luta criada pelos escravizados em fuga para se defenderem matando os que tentassem capturá-los, resgatava em suas canções o banzo (saudade da África) e a dor de perder-se da sua organização social. Hoje é considerada patrimônio imaterial do país.

Segundo o historiador Clóvis Moura, quilombolas baianos, desde 1704, praticavam guerrilha sob a forma de “roubos e escândalos” com armas de fogo. Nas rebeliões baiana e mineira a colaboração de refugiados das matas com os da cidade foi fundamental. Nestas lutas combinavam técnicas africanas com as aprendidas com os brancos.

A estrutura social dos quilombos variava em grupos de 5 ou 6 indivíduos em cidades fortificadas como era o Quilombo dos Palmares. O Quilombo Mesquita, por exemplo, onde é atualmente Brasília, foi fundado por 03 escravos alforriados na fazenda herdada de seu antigo senhor. Esses quilombolas trabalharam na



construção da capital federal e depois foram abandonados, corroborando a perpetuação da opressão que essa população sofre.

O surgimento de um quilombo também tinha motivações variadas como forma de organização daqueles e daquelas que se libertavam. Eram plurirraciais, compostos por indígenas e brancos marginalizados. O próprio Quilombo dos Palmares teve dentre os primeiros moradores a indígena Acotirene.

A luta pela preservação da memória de resistência é fundamental. Em São Paulo nas obras de expansão do Metrô foram encontrados vestígios do Quilombo do Saracura, em uma das regiões mais populosas do centro da cidade. A empresa e o governo de São Paulo resistem em parar as obras para aprofundar as pesquisas arqueológicas.

É importante que descobertas arqueológicas contribuam para contar a história e a luta do oprimido e a resistência do povo preto. Mas, temos que seguir na luta porque os quilombos foram tomados e hoje são áreas valorizadas pela especulação imobiliária.

Neste dia 20 de novembro, que reconhece a memória do líder Zumbi dos Palmares, observamos que a desigualdade não mudou. Estar somente no roteiro turístico a serviço de interesses econômicos da classe dominante já demonstrou o quanto se busca apagar a resistência. Entendemos que sem regatar a luta e a organização do povo preto não haverá a emancipação dos oprimidos. E foi para essa emancipação que quilombolas deram suas vidas.

No socialismo serão preservadas a história, as práticas e as culturas de quem luta e todos e todas terão os mesmos direitos, que são constantemente destruídos no sistema capitalista.

ARGENTINA: PARA ALÉM DAS ELEIÇÕES

As recentes eleições argentinas, com os candidatos de direita protagonizando o debate político e econômico mostram o grau de destruição que tem passado o país vizinho há algumas décadas.

A inflação segue descontrolada e os índices inflacionários chegaram a 124% em agosto de 2023. Existem hoje na Argentina 15 modalidades de moeda dólar e em início de setembro, o dólar paralelo fechou cotado em 800 pesos, bem acima da taxa oficial de 366 pesos. Os índices de crescimento econômico do país são baixíssimos e estão estancados há anos. A dívida pública chegou a 85% do Produto Interno Bruto (PIB) em dezembro de 2022. O país tem hoje pouco mais de US\$ 30 bilhões de reservas internacionais, quando outro país também castigado pela dívida pública, o Brasil, tem mais de US\$ 340 bilhões.

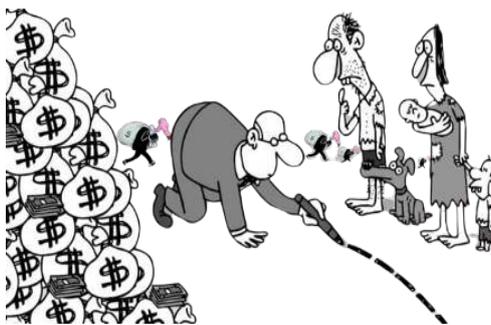
As consequências desse calamitoso quadro econômico, agravadas pela pandemia da COVID-19, têm sido nefastas para a classe trabalhadora e para a população pobre: a parcela da população abaixo da linha da pobreza atingiu a 11,8 milhões de pessoas, ou 40,1% da população. Dentro deste percentual, 2,7 milhões vivem em situação de indigência. Nada menos que 56,2% das crianças de 0 a 14 anos são pobres.

UM HISTÓRICO DE DÉCADAS DE DEPENDÊNCIA COM O CAPITAL FINANCEIRO

Os péssimos índices sociais do país são reforçados pelo fato da Argentina ter voltado a ser tutelada, desde 2022, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), passando a ser o seu grande devedor.

Registre-se que esta submissão a este organismo financeiro mundial esteve por detrás das grandes crises argentinas, desde o período da ditadura militar (1976-1983), passando pelo período hiperinflacionário no governo de Raul Alfonsín (1984-89), que arruinou a sua economia e foi o motor da grande rebelião popular em Rosário, o “Rosarioço”, em 1989.

Já o governo neoliberal do ex-peronista Carlos Menen (1989-99) privatizou e entregou as poucas riquezas



argentinas que sobreviveram e criou a falsa sensação de crescimento econômico. O país, entretanto, deixou de ser industrial e passou a ser agroexportador de commodities (milho, trigo, soja, carne), se tornando mais dependente dos países capitalistas centrais.

O FMI voltou a dar as cartas na Argentina no catastrófico governo de La Rúa (1999-2001), derrubado pelo “Argentinoço” de 2001 (revolta popular contra a criação do “corralito” do Ministro da Economia Domingo Cavallo que tentou impedir a corrida da população aos bancos e fizessem retiradas em massa de depósitos nas contas corrente e cadernetas de poupança). Em seguida, três tentativas de presidentes interinos foram derrubados em menos de 13 dias.

Infelizmente, o “Argentinoço” não superou os limites do Estado burguês argentino. Por isso, os dois anos que se seguiram com o impopular governo de Eduardo Duhalde prepararam a volta repaginada do peronismo com as presidências dos Kirchner (Nestor, de 2003 a 2007 e Cristina, de 2007 a 2015). Porém, a crise estrutural da economia capitalista, em sua nova fase a partir de 2008, fez com que o rascunho de saída nacionalista burguesa proposta pelos Kirchners fosse para o espaço.

Esses foram sucedidos pelo ultraliberal Mauricio Macri, que contraiu um novo empréstimo com o FMI, em 2018, de mais 57 bilhões de dólares e deixou o país perto de uma depressão econômica. Foi nesse contexto, que o atual presidente, Alberto Fernández, foi eleito, trazendo de volta, Cristina Kirchner, como sua vice e tendo o apoio do Partido Comunista Argentino. Apesar da retórica inicial contra o FMI, Fernández acabou capitulando e assinando um novo acordo, em 2022,

através do seu ministro da Economia e candidato Massa.

A QUANTAS ANDA A ESQUERDA ARGENTINA?

Uma pesquisa eleitoral na reta final da campanha de 2023 mostrou que duas em cada três pessoas são contra as determinações emitidas pelo Fundo Monetário Internacional. O curioso, entretanto, que quem capitalizou esse descontentamento não foi a esquerda argentina e sim um candidato que sempre procurou minimizar os crimes da ditadura (o ultradireitista Javier Milei).

Chamou também a atenção na reta final do processo eleitoral o frágil desempenho da candidatura de esquerda argentina Myriam Bregman, abaixo até do candidato dissidente peronista Juan Schiaretti. O que explica esse quadro de marginalização da esquerda no país, justamente quando um aparelho de contenção dos movimentos sociais como o peronismo vive grande crise e em que existe uma opinião majoritária na população contra as ordens emitidas pelo capital internacional, através do FMI?

Muito mais do que, por exemplo, a crise que se arrasta há décadas no Partido Comunista Argentino pela sua política de apoio tácito à ditadura militar ou a explosão do trotskista Movimento Ao Socialismo na década de 90, existem atrás dessa marginalização a desindustrialização da Argentina, que começou em 1976, e a consequente diminuição da sua combativa classe operária. Hoje, por exemplo, o setor de serviços representa 52,5% do PIB e emprega 78,1% da população ativa.

Debater essa situação é um primeiro passo que pode ajudar para a unidade da esquerda. Não somente para os processos eleitorais mas para campanhas e lutas que busquem atrair a imensa massa dos pauperizados por um Plano Emergencial contra a fome, contra os acordos com o FMI e o pagamento da dívida pública. Se é verdade que o peronismo está explodindo, também é verdade que quem estão ocupando o seu espaço são alternativas muito mais à direita.

A QUESTÃO SEXUAL NA REVOLUÇÃO RUSSA E NA CONTRARREVOLUÇÃO STALINISTA

As transformações das relações econômicas também reviraram as relações sociais na Rússia. Antes da Revolução o comportamento social era bem conservador e muito controlado por preceitos religiosos. O papel das mulheres, principalmente pobres, era limitado à reprodução de filhos. Eram tratadas como escravas domésticas e como propriedades dos homens, principalmente nas regiões onde o controle da Igreja era maior, as violências sexual e doméstica eram partes integrantes do cotidiano. Também não tinham direitos políticos e ganhavam menos que os homens.

Com essa vida tão dura, só restava a luta. Desde a resistência ao czarismo até o processo revolucionário, as mulheres cumpriram papel determinante nas greves das fábricas têxteis onde eram maioria, nas passeatas e nas milícias operárias. Nadejda Krupskaja e Alexandra Kollontai, dois exemplos, foram dirigentes na linha de frente da Revolução.

Com a tomada do poder vieram conquistas importantes para as relações entre mulheres e homens como o direito ao divórcio, ao salário maternidade, decretos que garantiram a igualdade salarial, o direito ao voto (existente na Noruega e Dinamarca). Foi o primeiro lugar do mundo a garantir o aborto legal, em 1920.

Como formas de libertar as mulheres do trabalho doméstico foram organizadas as creches, lavanderias, cozinhas coletivas e centros de consertos. Para ter ideia desse avanço, entre 1919 e 1920, cerca de 90% da população de Petrogrado e 60% da população de Moscou se alimentavam nos espaços coletivos. Foram avanços importantes.

Mas, a luta estava só no começo e era preciso avançar na “reeducação” da sociedade para construir novas relações sociais. Como disse Kollontai, a “separação entre a cozinha e o casamento” era tão importante quanto a separação entre a Igreja e o Estado.

Com isso, o Partido Bolchevique

criou um departamento para organizar as mulheres trabalhadoras e as camponesas (o Zhenotdel) na luta por direitos e para que as questões de gênero não fossem deixadas de lado. Um Congresso de Mulheres foi realizado em 1918 com a participação de mais de 1.100 mulheres, quando era esperado cerca de 300.

Dessa forma, podemos dizer que em pouco tempo após a tomada de poder pela classe trabalhadora os avanços foram maiores do que em toda a história do capitalismo.

A ORIENTAÇÃO SEXUAL PASSA A SER LIVRE

Sob o czarismo, a homossexualidade era ilegal, fortemente reprimida pelo Estado e perseguida pela Igreja. E, nesse aspecto, a Revolução também deu uma virada pois, a homossexualidade foi reconhecida como direito individual, foram retiradas as restrições dos direitos civis e políticos (proibição do emprego estatal) e o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado. A prova de um novo tempo foi Georgy Chicherin, homossexual, ser nomeado Comissário do Povo para Assuntos Estrangeiros, em 1918.

Foram direitos garantidos na Constituição soviética que declararam o “absoluto não envolvimento do Estado e da sociedade nas relações sexuais, desde que elas não prejudiquem ninguém e não infrinjam os interesses de ninguém”. Foi um dos períodos com maior liberdade para a população LGBT+ na história e expressar o seu SER não representava risco de morte.

OS RETROCESSOS COM A CONTRARREVOLUÇÃO STALINISTA

A contrarrevolução stalinista foi um grande golpe e trouxe muitos retrocessos. A família foi “ressignificada” e passou a ser uma instituição voltada para reproduzir a força de trabalho. Com isso, a estrutura familiar na União Soviética se reaproximou dos modelos



tradicionais. Como consequência, as questões de gênero e de orientação sexual retrocedem e muito.

As mulheres voltaram à servidão doméstica, o aborto foi proibido novamente em 1936, o casamento passou a ser entendido como uma “união vitalícia”, muitos obstáculos foram impostos ao divórcio, a maternidade passou a ser premiada e até incentivada com o “orgulho da maternidade”, voltou a desigualdade salarial, etc.

A liberdade de orientação sexual sofre grave revés e, em 1934, a homossexualidade volta a ser criminalizada e até punida com trabalhos forçados. O stalinismo passou a considerar a homossexualidade como uma “atração sexual não natural por pessoas do mesmo sexo”, o oposto das leis dos primeiros anos da Revolução que a definia como uma relação natural dos seres humanos.

UM DESAFIO E SUPERAR AS IDEIAS STALINISTAS

A Revolução Socialista é uma necessidade, até mesmo para a existência da humanidade. Mas, tem sido uma batalha recuperar o conceito de socialismo deformado pelo stalinismo e que afastou tantas pessoas. Numa sociedade socialista se constrói o respeito à individualidade em todos os sentidos da vida e o que deve se combater é o individualismo. Como nos primeiros anos da Revolução na Rússia, é a única forma de sociedade que pode colocar a mulher nas mesmas condições de existência e a sexualidade pode ser livre e sem preconceito.

Como disse a bolchevique Inessa Armand “Se a emancipação das mulheres é impensável sem o comunismo, então o comunismo é impensável sem a plena emancipação das mulheres”. O mesmo vale para uma orientação sexual livre e espontânea.

DEFENDER A RESISTÊNCIA PALESTINA. PELO FIM DO ESTADO TERRORISTA DE ISRAEL

Assistimos a mais uma tragédia da ocupação israelense na Palestina (ver cronologia em www.emancipacaosocialista.org)

Há muito tempo milhões de palestinos têm sido expulsos de seus territórios. Várias partes foram ocupadas militarmente, terras foram confiscadas, poços de água e plantações de oliveira (usada para produção de azeite) foram destruídos. A existência do Estado de Israel tem sido com a destruição da Palestina.

A perseguição nazista e os milhões de judeus mortos na Segunda Guerra possibilitaram a surgimento do sionismo, setor mais reacionário do judaísmo, que prega a necessidade de os judeus terem um lar, justamente onde os palestinos moram há milênios.

Israel tornou-se um Estado reacionário com forte apoio de potências imperialistas que financiam um amplo sistema de segurança e a mortal máquina de guerra, fundamentais para garantir sua sobrevivência. Essa é a lógica que tem permanecido nesses 75 anos.

É a 18ª Força Armada mais poderosa do mundo (dados Global Firepower em 2022) apesar de suas reduzidas dimensões territoriais. Em 2022 destinou às despesas militares 4,5% de seu PIB, aproximadamente U\$ 23,4 bilhões.

Esse poderio bélico foi construído como forma de se impor, combinando recursos financeiros internos com contribuições dos países imperialistas como Estados Unidos. Esse apoio se dá com o objetivo de colocar Israel como “representante do imperialismo na região”.

Apesar dos conflitos constantes, é o representante colonialista e imperialista que mantém sob o chicote do capital os povos do antigo e do atual território palestino. E mobiliza todas as suas capacidades e recursos militares para garantir a sua soberania ultraracionária.

A RESISTÊNCIA DO POVO PALESTINO

A criação do Estado de Israel e de todo tipo de violência praticada contra a população palestina impulsionou a

criação de um amplo movimento de resistência de setores seculares (sem conotação religiosa) ao fundamentalismo islâmico. A mais antiga e mais importante é a OLP (Organização para Libertação da Palestina), liderada pelo FATAH, mas também é a mais conciliadora até mesmo com o reconhecimento do Estado de Israel, o quê desagradou a maioria dos palestinos.

É no espaço deixado pela conciliação do FATAH que o Hamas cresceu e se tornou governo em Gaza. Hoje é a principal organização militar de resistência à ocupação, pois a maioria da OLP aposta em ‘acordos de paz’ que historicamente foram infrutíferos.

De tradição islâmica, inicialmente estimulado pelos Estados Unidos e por Israel, ainda hoje o Hamas guarda distância importante dos valores da esquerda socialista mas o reconhecemos como a mais forte representação da luta palestina pela desocupação dos territórios e pelo fim do Estado de Israel.

Nos últimos meses, o governo israelense tomou várias medidas provocativas com a proibição de entrada de palestinos na cidade de Jerusalém (sagrada para os muçulmanos), de passar pela fronteira para trabalhar, com a prisão de 4.499 palestinos porque Israel insistia em manter a “segurança” (dados do B’Tselem, grupo israelense de Direitos Humanos), com a aceleração e expansão dos assentamentos israelenses em terras palestinas ocupadas nos últimos anos. Esses fatos foram gatilhos decisivos para a impressionante ação do Hamas em 7 de outubro.

A política de Israel é ocupar toda a região e precisa tirar todo povo palestino. Os ataques sistemáticos do governo israelense, prisões e os assassinatos do povo palestino são parte do plano de extermínio. Por isso, estamos denunciando a “limpeza” étnica promovida pelo governo sionista.

O PAPEL DA MÍDIA BURGUESA

A cobertura da grande mídia, com forte influência judaica, é totalmente unilateral. São várias distorções e falsificações históricas pró-Israel, inclusive

com o apoio descarado aos bombardeios israelenses e pela desumanização dos palestinos. Rotulam o Hamas como ‘terrorista’, desconsideram as reivindicações históricas e os milhares de mortos palestinos e ignoram o papel de Israel.

Necessitamos romper esse cerco midiático reacionário. A extrema-direita mundial (no Brasil com o bolsonarismo) também defende Israel, fortalece a grande mídia, transforma os grupos de WhatsApp em desinformação e Fake News, assim forma uma extensa rede de apoio ao Estado de Israel baseada na mentira.

TEMOS UM LADO: O POVO OPRIMIDO

O método de extermínio utilizado pelo Estado de Israel e o método do Hamas não são os nossos. Também lamentamos as mortes de civis palestinos e israelenses, mas não invertamos as coisas. Os governos de Israel fortacem o Estado e invadem, os palestinos se defendem e têm o direito de lutar para recuperar seu território.

A legitimidade da luta palestina é inexorável e incondicional, é a defesa da existência desse povo. Consideramos que essa luta e a dissolução do Estado de Israel passa pela unidade da classe trabalhadora palestina e israelense com uma saída classista e sem perder a estratégia socialista.

O restabelecimento do Estado palestino, laico e democrático significa que os trabalhadores israelenses poderão conviver pacificamente com os trabalhadores árabes. Para isso defendemos:

- O fim do Estado assassino de Israel! Fora Israel da Palestina!
- Fim dos bombardeios nas áreas ocupadas!
- Fim das colônias judaicas nos territórios palestinos!
- Liberdade aos presos políticos palestinos!
- Por um estado multiétnico que reúna o povo palestino e israelense!
- Boicote aos produtos e empresas israelenses!
- Que o governo Lula rompa com o governo israelense!